

na apicultura brasileira são boas, uma vez que muito ainda há por explorar em termos de mercado consumidor para os subprodutos que são utilizados como alimentos e na medicina alternativa.

Mister se faz aqui lembrar a necessidade constante de apoio dos governos municipais, estaduais e federal para o desenvolvimento do setor apícola, com o ingresso de apicultores jovens, gerando trabalho e renda, sustando o êxodo, tirando da miséria milhares de pequenos produtores rurais, com o aproveitamento da mão-de-obra familiar.

As abelhas são insetos altamente necessários à garantia da produção agrícola de sementes e frutas, bem como têm participação na sobrevivência do mundo vegetal em aproximadamente 80%, além de produzirem uma invejável gama de produtos de alto valor nutritivo e medicinal.

Numa exploração que cada vez mais se especializa na exploração, produção e lançamento de novos produtos em nível de consumidor, a participação efetiva dos jovens é sempre bem vinda e salutar para a apicultura do Brasil.

Ainor Francisco Lotério, eng. agr., gestor estadual do PRÓ-JOVEM rural e pesqueiro, Cart. Prof. 51 028524-3/D, Crea-SC, Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone (0XX48) 239-5663, fax (0XX48) 239-5597.

Segurança alimentar

Rubens Altmann

O recrudescimento da crise da "vaca-louca" na Europa e a suspensão das importações de carne brasileira por parte dos Estados Unidos, Canadá e México expõem com clareza a urgente e imperiosa necessidade de uma política de segurança alimentar para salvaguardar os interesses de consumidores, agroindústrias e produtores rurais.

Com a globalização dos mercados a partir da década de 90, os países desenvolvidos, em especial a União Européia, aperfeiçoaram suas legislações na área de segurança

alimentar como estratégia para assegurar mercado para seus produtos agrícolas. Muito cedo eles compreenderam que abrindo o mercado não seriam competitivos porque sua agricultura tem custos muito altos; em vista disto, precisavam evitar a entrada de produtos de outros países através de estratégias de diferenciação.

Surgem aí as agências de segurança alimentar nos principais países europeus, a adoção do princípio da precaução (agora invocado pelo Canadá), os estímulos à utilização de sistemas de controle de qualidade, como as normas ISO, HACCP, entre outras. A política européia de qualidade de produtos agrícolas e alimentos está baseada no arcabouço legal (definição de regras visando assegurar a segurança alimentar), na regularidade dos processos de fabricação de alimentos e na segmentação do mercado.

A adoção dos selos de qualidade certificando as Denominações de Origem Controlada – DOC –, as Indicações Geográficas Protegidas – IGP –, a Agricultura Biológica (sistema de há muito utilizado pela França, Itália e Espanha) é uma estratégia de mercado que visa obter o reconhecimento internacional para a qualidade de certos produtos agrícolas e alimentos através da diferenciação e da vinculação com atributos do território (clima, solo, saber fazer, tradição e cultura). Entre os exemplos mais conhecidos, podemos mencionar o queijo Roquefort, o presunto de Parma e as denominações de origem nos vinhos.

O sistema de certificação de qualidade e origem (DOC e IGP) interessa sobretudo aos agricultores familiares, porque representa um reconhecimento ao processo artesanal e familiar de produção e possibilita a diferenciação do produto, defendendo os pequenos produtores da competição baseada na produção em escala e nos preços baixos.

Face à crescente preocupação dos consumidores com a saúde e com a qualidade dos alimentos, urge que o governo defina uma estratégia de segurança alimentar e estimule produtores e empresários a implantar

sistemas de controle de qualidade que permitam fazer o rastreamento (ou a traçabilidade) do produto alimentar desde a produção até a chegada ao consumidor, isto é, ao longo de toda a cadeia produtiva.

O setor agroindustrial brasileiro precisa se conscientizar de que a segurança alimentar é um assunto que doravante vai ser uma condicionante obrigatória para competir no mercado e que cada vez mais será preciso dar transparência aos procedimentos de produção e industrialização para que os consumidores possam certificar-se da qualidade dos alimentos que consomem. As estratégias empresariais devem, portanto, levar muito a sério o comportamento dos consumidores.

Numa demonstração de que o Poder Executivo catarinense está atento ao novo cenário do mercado de alimentos, o governador encaminhou à Assembléia Legislativa, em setembro do ano passado, projeto de lei propondo a criação de um sistema de certificação de qualidade e origem de produtos agrícolas e alimentos, através de cinco diferentes selos de identificação.

Este projeto de lei representa uma importante ferramenta para uma política de segurança alimentar e é de interesse estratégico para a agricultura familiar e para os agronegócios catarinenses.

Seria importante que a Assembléia Legislativa acelerasse a tramitação da proposta para dar aos produtores e empresários esta ferramenta de competição e para estimular a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos no Estado.

O agronegócio catarinense precisa urgentemente de uma política de qualidade e de segurança alimentar para garantir e ampliar a presença nos mercados nacional e internacional. Produtores rurais, agroindústrias, governo e legislativo devem somar esforços com vistas a definir esta política.

Rubens Altmann, eng. agr., Instituto Cepa/SC, Rodovia Admar Gonzaga, 1.486, C.P. 1.587, 88034-001 Florianópolis, SC, fone (0XX48) 334-5155, fax (0XX48) 334-2311.